

Brasília, 17 de agosto de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Sexta-feira, 14 de agosto de 2026 | ABPI

MIGALHAS nº 6.413 3

MSN Notícias

Sexta-feira, 14 de agosto de 2026 | Propriedade Intelectual

Amcham pede diálogo e alerta para risco de escalada comercial entre Brasil e Estad... 9

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online

Sexta-feira, 14 de agosto de 2026 | Marco regulatório | INPI

Guarapuava conquista primeira Indicação Geográfica nacional para cervejas artesa... 10

Economia & Negócios - Estadão

Sexta-feira, 14 de agosto de 2026 | Propriedade Intelectual

Brasil inicia processo de reciprocidade contra os EUA; veja os próximos passos 11

Folha.com

Sexta-feira, 14 de agosto de 2026 | Direitos Autorais

MC Ryan SP é condenado por violação de direitos autorais de 34 músicas 13

MIGALHAS nº 6.413

Sexta-Feira, 14 de agosto de 2026 - Migalhas nº 6.413.

Fechamento às 07h38.

"O homem faz-se a si mesmo."

Bernardo Guimarães

O céu é o limite

Diagnosticado com esclerose múltipla aos 23 anos, Gildo Afonso foi da cadeira de rodas ao Ironman. Servidor do TRT-14, agora mira o Everest. Ao Migalhas, conta como o esporte transformou sua reabilitação e por que grandes conquistas começam com pequenas metas. ()

Direito de falar

Em audiência de custódia, mulher que foi condenada a 28 anos pelo atropelamento de uma ciclista afirmou que foi impedida de falar no Júri que a condenou. ()

Direito de falar?

É direito da ré falar em seu Júri? Especialista ouvido pelo Migalhas esclarece. ()

Rastro bilionário

Advogado Nelson Wilians foi alvo de buscas da PF em investigação sobre grupo ligado a bets. ()

Aposta suja

Outra operação, agora do MP/RJ, mirou bets suspeitas de movimentar mais de R\$ 1,4 bilhão, impedir saques e lavar dinheiro com criptoativos e remessas ao exterior. ()

Falta de regulamentação

STF deu ao Congresso 24 meses para regulamentar a mineração em terras indígenas. Até lá, valem regras provisórias, sem liberação automática da exploração. ()

37 anos e contando

Ao sustentar no julgamento narrado acima, advogada resumiu os 37 anos de espera: comunidades estariam "sentadas em cima de uma fortuna e dependendo do Bolsa Família", enquanto o garimpo

ilegal avança. ()

Conheça Ernesto Mané

No novo episódio do "Instância Literária", Migalhas conversa com Ernesto Mané, físico, diplomata e escritor. A partir de uma viagem à Guiné-Bissau, ele reconstruiu laços com a família paterna e transformou um diário de viagem em livro. Na entrevista, fala sobre ancestralidade, apagamento da memória negra, ações afirmativas no Itamaraty e o direito à memória como parte da identidade brasileira. ()

Contagem regressiva

Voltando à primeira nota, se você se inspirou na história do maratonista que abre esta edição, eis uma boa oportunidade de entrar no esporte: dia 23 de agosto tem Migalhas Run, em Ribeirão Preto/SP. A 2ª edição terá corridas de cinco e dez quilômetros, e caminhada de quatro quilômetros, além de categoria exclusiva para operadores do Direito. Inscreva-se. ()

Novas custas

Câmara aprovou novas regras para as custas da Justiça Federal, com reajuste anual pelo IPCA e gratuidade para quem ganha até R\$ 5 mil. Texto, que cria fundo da Justiça Federal e do STJ, vai à sanção. ()

Sem tempo a perder

5ª turma do TST adotou QR Code para antecipar o encaminhamento dos votos. Se o resultado for favorável, advogado pode deixar a sessão sem perder o registro de presença. Se o rumo mudar, a sustentação fica garantida para a sessão seguinte. ()

Honorários

1ª seção do STJ julgará o Tema 1.454 para definir se benefício previsto na lei 10.522/02, que isenta a Fazenda Nacional de pagar honorários em determinadas situações, alcança hipóteses não expressamente listadas. ()

Indícios bastam

3ª seção do STJ definiu que indícios concretos de tráfico transnacional já bastam, nessa fase, para fixar a competência da Justiça Federal. ()

(Des)cumprimento de mandado

Oficial de Justiça agredido durante cumprimento de mandado de busca e depois acusado de suposta irregularidade funcional será indenizado em R\$ 10 mil. ()

Indenização à Uber

Ministra do TST afastou condenação de R\$ 2 milhões imposta de ofício à Uber por dumping social. ()

Sonho interrompido

Estagiária do TJ/SP, jovem de 23 anos morta a tiros pelo ex-namorado ia se formar em Direito neste ano. ()

Desamparo

Empresa indenizará trabalhadora dispensada após pedir mudança de horário em razão de ordem de distanciamento de medida protetiva que obteve contra ex-companheiro, que trabalhava no mesmo local. ()

Alteração prejudicial

Mudança de escala de 5x2 para 6x1 levou à rescisão indireta de trabalhadora mãe de duas crianças. Juiz aplicou perspectiva de gênero e reconheceu falta grave patronal. ()

Observada

Filho e ex-companheiro indenizarão mulher após instalarem aplicativo espião em seu celular para monitorar mensagens, localização e rotina. ()

Sem consentimento

Justiça mandou devolver cachorro aos atores Letícia Sabatella e Daniel Dantas após concluir que o animal foi encaminhado para adoção sem autorização dos tutores. ()

Freio no abandono

Câmara aprovou proposta de suspensão do direito de dirigir a quem abandonar animais usando veículo. Em caso de reincidência, pode haver cassação. Texto vai ao Senado. ()

Vidro na língua

Seara indenizará consumidora que encontrou fragmentos de vidro em língua de pernil. TJ/CE en-

tendeu que a presença do material violou o dever de segurança, mesmo sem ingestão ou lesão. ()

Omissão

Município indenizará mulher que caiu em calçada irregular e mal iluminada e ficou com limitações permanentes. Ela receberá por danos morais, estéticos e pensão vitalícia. ()

Urgência

Presidente do TSE, Nunes Marques determinou o restabelecimento da filiação de Flávio Bolsonaro ao PL depois que uma alteração no cadastro partidário o vinculou ao Missão. ()

Juiz Eleitoral

Lula nomeou Leonardo Campos Soares da Fonseca para compor o TRE/DF como juiz titular. ()

Violência de gênero

TSE condenou vereador de Nova Friburgo/RJ por violência política de gênero contra colega parlamentar. ()

Pesquisa irregular

TSE manteve multa de R\$ 53,2 mil à Quaest por pesquisa divulgada em Teresina nas eleições de 2024 sem cumprimento das exigências legais sobre delimitação geográfica. ()

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Ex-marido de Maria da Penha é preso após dar entrevista sobre o caso. () Juiz arquiva ação após parte atrasar 23 segundos em audiência; TRT-3 reverte. () Juiz é visto virando garrafa de vinho e fumando em sessão virtual; TJ/MG apura. () 20 anos da lei Maria da Penha: Veja importantes decisões do STJ e STF. () Empregada que desenvolveu transtorno de ansiedade após assédio receberá R\$ 151 mil. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

CPC na prática

Apelação ou agravo? Na coluna de hoje, André Pagani de Souza acompanha a discussão no STJ que pode definir a natureza das decisões no cumprimento de sentença. ()

UMA Migalhas

Roselle Adriane Soglio alerta: sem acesso à assistência técnica pericial, a ampla defesa do réu vulnerável pode existir apenas no papel. ()

Migalhas de peso

- "Caiu a rejeição, não caiu a obrigação: O risco silencioso do varejo", por Daniel Velho Mesquita (Andrade Maia Advogados). ()

- "Sociedades de advogados: Uma articulação necessária para o avanço em gestão de riscos", por Stanley Martins Frasão (Homero Costa Advogados). ()

- "Depósito recursal na Justiça do Trabalho: Garantia do juízo ou restrição ao direito de defesa das pequenas empresas?", por Liziane Blaese Cardoso Machado (Pereira Gionédís Advogados). ()

- "A IA já leu o Direito. Mas o Direito sabe ler a IA?", por Sérgio Luiz Bernardelli Junior (Ernesto Borges Advogados). ()

- "Filtro de relevância no STJ: Novos desafios para a advocacia", por Lukas de Oliveira Santos Lima (Advocacia Fontes Advogados Associados S/S). ()

- "Detração e recolhimento domiciliar: Os limites do artigo 42", por Daniela Caldas Rosa Alves Coelho e Renato Gustavo Alves Coelho (Rosa Dias Guerra Advogados). ()

- "O creditamento na compra do produtor rural: Os dois caminhos e a necessidade de planejamento com a reforma tributária", por Luciano Faria (João Domingos Advogados). ()

- "O ESG segue vivo, mas na unidade de tratamento intensivo", por Ana Paula Ávila e Solange Cunha (Silveiro Advogados). ()

- "A sociedade de advogados como investidora: Instrumento de mitigação dos efeitos da tributação de alta renda", por Pablo Gonçalves e Arruda e Ronnie Preuss Duarte (SMGA Advogados). ()

- "Herança digital e a sucessão de bens híbridos: Quando o Direito das Sucessões encontra o avatar do falecido", por Gabriela Lima de Souza (EBRADI - Escola Brasileira de Direito). ()

Direito Tributário

Cescon Barriou Advogados anuncia a chegada de Marcelo Braz como sócio da área Tributária do escritório de Brasília. ()

Oportunidade

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo dos programas de estágio "Jovens talentos" e "Soma talentos" 2027, do escritório Mattos Filho. As iniciativas são voltadas a estudantes de Direito e as inscrições devem ser realizadas até dia 3/9. ()

Baú migalheiro

Há 133 anos, em 14 de agosto de 1893, a França tornou-se o primeiro país a adotar placas de identificação para veículos, em um momento em que os automóveis ainda começavam a ocupar as ruas europeias. A medida estabeleceu uma forma de identificar e controlar os veículos em circulação, acompanhando as primeiras tentativas de regulamentar o trânsito motorizado. O sistema francês abriu caminho para a adoção de registros semelhantes em outros países e para o desenvolvimento das modernas placas veiculares utilizadas atualmente. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Participe do sorteio da obra "CLT Comentada Saad - 55ª edição" (Editora SAAD, 1744p.), escrita por José Eduardo Duarte Saad, Eduardo Gabriel Saad e Ana Maria Saad Castello Branco (Saad Advocacia). A publicação atualiza temas do Direito do Trabalho e reúne mudanças legislativas, entendimentos dos tribunais e novas regras do sistema recursal. ()

Novidades

Grupo GEN lança a 42ª edição do "Vade Mecum Tradicional Saraiva", com atualizações legislativas voltadas à OAB, concursos e atuação jurídica. Confira as novidades da edição! () O livro "Direito Penal e Desigualdade", organizado por Renato de Mello Jorge Silveira e Pierpaolo Cruz Bottini (Bottini & Tamasauskas Advogados), será lançado no dia 17/8, às 19h, em São Paulo, e no dia 20/8, às 18h, no Rio de Janeiro. () Mauro Dibe (Barreto Advogados & Consultores Associados) lança a obra "Criações no Trabalho" dia 24/8, no RJ. A publicação apresenta análises sobre invenções nas relações de emprego e efeitos das novas tecnologias. () Mattos Filho celebra 25 anos de sua área de Impacto Social e Filantropia com o lançamento do livro "Do legado à inovação social: 25 anos de Impacto Social e Filantropia" que reúne reflexões

sobre a evolução do terceiro setor e os rumos do impacto social no Brasil. ()

Martorelli Advogados divulgou edição mensal do "Informativo MA". () Vivacqua Advogados divulgou "Informativo Semanal" com questões do TCU e do Comitê Gestor do Simples Nacional. ()

Migalhíssimas

Hoje, no RJ, Filipe Fonteles Cabral (Dannemann Siemsen) será palestrante no "CyberSpaceCamp", evento promovido pela ITechLaw - International Technology Law Association, em parceria com a **ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**. Filipe participa do "Painel II - Inteligência Artificial", com a palestra "IA e Patentes: pode a IA ser inventora?", abordando os desafios e as questões jurídicas relacionadas à interação entre inteligência artificial e o sistema de patentes. No dia 19/8, às 17h, a OAB/SP promove mais uma edição do "Hora do Voto". () Laís de Figueirêdo Lopes, sócia do escritório Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, Conselheira Seccional e Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, palestrará no "Congresso das Sociedades de Advocacia do Estado de São Paulo", promovido pela Comissão de Sociedades de Advocacia da OAB/SP, dia 27/8. Gabriella de Salvio (Mundie Advogados) realizou visita institucional à China para acompanhar empresas e parceiros interessados em investir no Brasil, em setores como tecnologia, energia e infraestrutura. ()

Fernandes Advogados foi indicado ao "Prêmio de Excelência em Ciências Jurídicas 2026", concedido pelo ICFU, por sua atuação na defesa de candidatos e servidores públicos. () A prefeitura de SP, a Associação dos Antigos Alunos da FDUSP e a Fundação Arcadas firmam convênio para o desenvolvimento de estudos e projetos de requalificação do Largo São Francisco e de seu entorno. A iniciativa integra o conjunto de ações voltadas à revitalização e à reocupação do Centro de São Paulo e recebe o apoio de diversos escritórios, entre eles o Demarest Advogados, Dias de Souza Advogados Associados, Lefosse Advogados, Machado Meyer Advogados, Mattos Filho e Pinheiro Neto Advogados. () Dóris Castelo Branco, Nathália Grizzi e Socorro Maia Gomes, do Martorelli Advogados, foram reconhecidas entre os escritórios e profissionais mais admirados da região Nordeste, categoria abrangente, pelo ranking Análise Advocacia Regional. Silmara

Silva, auditora e analista tributária da Employer, analisou os reflexos da reforma tributária na estrutura operacional do trabalho temporário. () Em comemoração ao Dia do Advogado, o MDA - Movimento de Defesa da Advocacia reuniu grandes nomes do Direito brasileiro em um jantar especial. () No primeiro dia do "Congresso Estadual da Advocacia", promovido pela OAB/ES, foram debatidos os impactos da IA na Justiça. A programação também contou com o anúncio da nova sede da subseção de Guarapari. () CBMA - Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem reuniu mais de 600 inscritos no "IX Congresso Internacional CBMA de Arbitragem" para celebrar os 30 anos da Lei de Arbitragem e discutir IA e Justiça. () IAB empossou a advogada indígena Inory Kanamari como membro efetiva, ao lado de Kellen Crystian Soares Pedreira do Vale e Wendel de Brito Lemos Teixeira. O juiz Eduardo Fernando Appio assumiu como membro honorário. ()

Especialização em infraestrutura

Estão abertas as inscrições para a "Especialização em Direito e Infraestrutura" da PUC-SP, em parceria com o IASP. Com 360 horas, a formação começa em 17/8 e combina aulas presenciais e online. ()

Crimes financeiros em debate

No dia 27/8, das 18 às 20h, o IASP promove o evento "Por uma nova legislação sobre crimes financeiros", presencialmente em São Paulo e com transmissão pelo YouTube da instituição. ()

Direito do Trabalho em transformação

ABDT - Academia Brasileira de Direito do Trabalho realiza, entre 9 e 11/9, no Sesc Pinheiros, em São Paulo, o "XVI Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho". ()

IA para escritórios

Pensada para agilizar processos em escritórios e departamentos jurídicos, a Preâmbulo Tech lança a "Preâmbulo IA", que executa tarefas, lê documentos, acompanha prazos e atende por voz. ()

Gestão documental

Docwise destaca como a iManage Platform integra gestão documental e proteção de informações sensíveis, apoiando compliance, privacidade e governança no setor jurídico. ()

Pós-graduação híbrida

Estão abertas as inscrições para a "Master Class", pós-graduação híbrida promovida pela EBRADI, com encontros presenciais em São Paulo. A confirmação da turma ocorrerá até 24/8. ()

Contabilidade com IA

Sistema contábil da Makrosystem, 100% online e com IA integrada, agiliza processos e centraliza informações para ampliar o tempo dedicado à tomada de decisões. ()

Últimos dias para bolsas

Entram na reta final as inscrições para o Programa de Diversidade - Bolsas de Estudos da FGV LAW (FGV Direito SP). Candidaturas podem ser feitas até 21/8 por interessados que atendam aos critérios de diversidade, renda e trajetória escolar. ()

Viva!

Os ganhadores do sorteio especial da Semana do Advogado são Jane de Oliveira Lapa, de Niterói/RJ, e Paulo Victor Gomes Coelho, de Goiânia/GO. Cada um receberá um combo com as obras "Código Civil e Legislação Civil em Vigor - 44ª Edição 2026" (Editora Gen | Saraiva Jur, 1.632p.) e "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor - 57ª Edição 2026" (Editora Gen | Saraiva Jur, 1.760p.), de autoria de Theotonio Negrão, José Roberto Ferreira Gouvêa, Luis Guilherme Aidar Bondioli e João Francisco Naves da Fonseca. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AP/Mazagão

GO/Bom Jardim de Goiás

PR/Nova Cantu

RS/Porto Vera Cruz

TO/Itaguatins

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"At \$464 million, fleet of planes that seldom fly"

The Washington Post - EUA

"Drug prices plummet at fastest clip since 1963"

Le Monde - França

"La France au cour du réchauffement climatique"

Corriere della Sera - Itália

"Lavitola, il giudice non gli crede: movente fumoso"

Le Figaro - França

"Ukraine : la Russie de plus en plus dépendante de la Chine"

Clarín - Argentina

"Se cortó la tendencia a la baja: la inflación de julio subió a 2,1%"

El País - Espanha

"Marruecos despliega al ejército para prevenir otra avalancha"

Público - Portugal

"Mais de um quarto das novas viaturas de emergência do INEM só chega em 2027"

Die Welt - Alemanha

"Die EU rät, ein Gesetz einfach zu ignorieren"

The Guardian - Inglaterra

"Universities fear financial turmoil amid slump in overseas students"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Governo abre processo para aplicar reciprocidade aos EUA"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Fachin afirma respeitar a imprensa e indica que caso Dino vai a plenário do STF"

O Globo - Rio de Janeiro

"Governo Lula abre processo de reciprocidade contra EUA por tarifaço"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"TSE manda investigar falsa filiação de Flávio"

Correio Braziliense - Brasília

"STF mantém aberta negociação pelo BRB"

Zero Hora - Porto Alegre

"Em resposta ao tarifaço, governo brasileiro aciona Lei da Reciprocidade contra os EUA"

O Povo - Ceará

"Ciro lidera com 52%; Elmano tem 33%"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Brasil abre processo para reciprocidade contra os EUA"

Amcham pede diálogo e alerta para risco de escalada comercial entre Brasil e Estados Unidos



A Amcham Brasil defendeu que o diálogo continue sendo a principal resposta do país às tarifas impostas pelos Estados Unidos. Em nota enviada à Forbes nesta sexta-feira (14), a entidade alertou que eventuais contramedidas brasileiras podem elevar custos, afetar cadeias produtivas e dificultar uma solução negociada entre os dois países.

A manifestação ocorre após o governo brasileiro iniciar, na quinta-feira (13), o processo previsto na Lei da Reciprocidade Econômica. O procedimento pode levar à adoção de medidas contra os Estados Unidos, mas, neste primeiro momento, abre uma etapa de análise e consultas diplomáticas. Portanto, ainda não representa uma decisão de retaliar o governo americano.

"A adoção de eventuais contramedidas deve ser evitada, diante do considerável risco de elevar custos para empresas e consumidores, afetar cadeias produtivas e investimentos e levar a uma escalada comercial e política na relação com os Estados Unidos", afirmou a Amcham.

Segundo a entidade, 90,5% das empresas ouvidas em uma pesquisa recente defenderam a intensificação do diálogo diplomático e comercial. Apenas 3,2% indicaram as medidas de reciprocidade como estratégia preferencial.

A posição ganha peso pelo tamanho da comunidade empresarial representada pela Amcham. A organização reúne aproximadamente 3.500 empresas associadas, responsáveis, segundo a própria entidade, por cerca de um terço do PIB brasileiro. O que motivou a reação brasileira

Em julho, o governo americano determinou uma tarifa adicional de 25% sobre parte dos produtos brasileiros. A medida foi adotada após uma investigação conduzida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, o USTR, com base na Seção 301 da legislação americana.

A apuração envolveu temas como comércio digital, meios de pagamento, **propriedade intelectual**, acesso do etanol americano ao mercado brasileiro, combate à corrupção e desmatamento. A tarifa atinge cerca de 18% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, o equivalente a aproximadamente US\$ 7,4 bilhões em mercadorias.

Na sequência, Washington aplicou outra sobretaxa, de 12,5%, relacionada ao combate ao trabalho forçado nas cadeias globais de produção. Quando as duas medidas incidem sobre a mesma mercadoria, a taxa adicional pode chegar a 37,5%.

O governo brasileiro classificou as medidas como arbitrárias e injustificadas. Agora, a Câmara de Comércio Exterior, a Camex, analisará se elas se enquadram nas hipóteses previstas na Lei da Reciprocidade. Paralelamente, o Itamaraty notificará os Estados Unidos e conduzirá as consultas diplomáticas.

A lei permite que o Brasil suspenda concessões comerciais, de investimentos e obrigações relacionadas à **propriedade intelectual** em resposta a medidas unilaterais que prejudiquem a competitividade do país. Antes de qualquer decisão, o rito ordinário prevê análise técnica, participação do setor privado e consulta pública.

Para a Amcham, essas etapas devem ser conduzidas com "equilíbrio, moderação e avaliação criteriosa" dos efeitos sobre empresas, consumidores e investimentos. A entidade afirma que continuará conversando com autoridades dos dois países para tentar preservar uma relação econômica "equilibrada, previsível e mutuamente benéfica".

Guarapuava conquista primeira Indicação Geográfica nacional para cervejas artesanais



Com apoio do Sebrae, 10 produtores de Guarapuava no Paraná alcançam reconhecimento do **INPI**

Guarapuava, na região central do Paraná, conquistou, no último dia 4, o primeiro registro de para cervejas artesanais. A conquista é resultado da mobilização de um comitê formado pelo Sebrae/PR, cervejeiros e o município de Guarapuava junto com os produtores. A Associação dos Cervejeiros de Guarapuava depositou o pedido junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, órgão responsável pela análise, regulamentação e concessão de **indicações geográficas** e marcas coletivas no Brasil.

"O reconhecimento da primeira IG de cervejas artesanais é um marco importante e garante aos produtores um selo de qualidade que valoriza ainda mais seus produtos no mercado nacional e também internacional, baseado na reputação do território para esse produto", afirma Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional.

A cidade possui o Caminho do Malte, que é um roteiro que apresenta a cadeia produtiva da cerveja artesanal produzida localmente, no qual o turista acompanha as etapas do campo até o momento em que a bebida é servida no copo. A conquista da IG, segundo Hulda, contribuirá para estimular ainda mais o turismo e a economia local.

O Paraná é o principal produtor de cevada do Brasil, segundo o IBGE, e Guarapuava lidera a pro-

dução nacional, com 91,35 mil toneladas colhidas em 2024, o equivalente a 18,6% da produção brasileira. A cidade, que conquistou o título de Capital Nacional da Cevada e do Malte, abriga 10 marcas de cervejarias artesanais.

As cervejas artesanais de Guarapuava se destacam pela produção em pequenos lotes, combinando técnicas tradicionais com inovações que aprimoram a qualidade do produto. A variedade de estilos inclui desde cervejas leves e frutadas até opções encorpadas e envelhecidas em barris de madeira.

A excelência do produto é reconhecida por premiações nacionais e internacionais, reflexo do uso de ingredientes selecionados, como lúpulos e maltes de alta qualidade, parte deles cultivados no próprio município. Além disso, os processos rigorosos de fermentação e maturação garantem equilíbrio sensorial e estabilidade à bebida.

Indicação de Procedência

A IG é da espécie Indicação de Procedência (IP), que reconhece o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

A outra espécie de IG é Denominação de Origem (DO), que protege o nome geográfico de uma região cujos produtos ou serviços possuem qualidades ou características exclusiva ou essencialmente vinculadas às peculiaridades do meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos.

Com esse novo produto reconhecido, o número total de Indicações Geográficas nacionais sobe para 167, sendo 133 Indicações de Procedência e 34 Denominações de Origem. Antes das cervejas artesanais de Guarapuava, a última IG reconhecida havia sido da Cachaça de Alambique do Circuito das Águas Paulista, em 21 de julho.

Brasil inicia processo de reciprocidade contra os EUA; veja os próximos passos



Secom informou que a Secretaria-Executiva da Camex compartilhou o pedido com o Comitê-Executivo de Gestão da Camex, primeira etapa do processo para adoção de contramedidas ordinárias

Abrir o resumo

O governo brasileiro iniciou na quinta-feira, 13, o processo previsto na Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos, em resposta à tarifa de 25% imposta pelo governo americano sobre produtos brasileiros, sob a alegação de práticas comerciais desleais.

PUBLICIDADE A Lei de Reciprocidade Econômica foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril do ano passado, em meio ao anúncio de novas tarifas pelo presidente dos EUA, Donald Trump, incluindo uma taxa adicional de 10% sobre as exportações brasileiras.

A lei permite que o Brasil adote contramedidas em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade internacional brasileira. Entre as possíveis medidas estão a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de **propriedade intelectual**, além de restrições à importação de bens e serviços.

O decreto que regulamenta a lei foi publicado em julho do ano passado e prevê a criação do Comitê Interministerial de Negociação e Contramedidas Econômicas e Comerciais, responsável por decidir sobre a adoção de contramedidas provisórias e acompanhar as negociações para tentar superar as

medidas que prejudicam a competitividade brasileira.

Segundo o decreto, o comitê é composto pelos ministros do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o preside; da Casa Civil; da Fazenda; e das Relações Exteriores. Os ministros podem ser representados por seus substitutos legais.

Há dois ritos para a adoção de contramedidas: o das contramedidas provisórias e o das ordinárias.

As provisórias são analisadas pelo Comitê Interministerial e podem ser adotadas em situações excepcionais. Após aprovadas e implementadas, podem ser alteradas ou suspensas a qualquer momento pelo próprio comitê. Nesse processo, representantes do setor privado e outros órgãos federais também podem ser ouvidos.

Já as contramedidas ordinárias - rito escolhido pelo governo brasileiro para o processo relacionado às tarifas impostas pelos EUA - precisam ser encaminhadas à Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com informações sobre as medidas unilaterais adotadas por outro país ou bloco econômico que prejudiquem o Brasil, os setores afetados e a estimativa do impacto econômico. O pedido é compartilhado com os integrantes do Comitê-Executivo de Gestão da Camex, e outros órgãos do governo também podem ser ouvidos.

Em nota, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) informou na quinta-feira que a Secretaria-Executiva da Camex já havia compartilhado o pleito com os demais integrantes do Comitê-Executivo de Gestão da Camex.

A Secretaria-Executiva da Camex tem até 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para preparar um relatório e indicar se a situação se enquadra nas hipóteses previstas na Lei da Reciprocidade. O documento será analisado pelo Comitê-Executivo de Gestão da Camex, que tem mais 30 dias, prorrogáveis por mais 30, para decidir sobre o enquadramento.

Caso o comitê determine que a situação se enquadra na Lei da Reciprocidade, pode ser criado um grupo de trabalho para estudar quais contramedidas

seriam adequadas. Esse grupo pode ouvir outros órgãos do governo e também representantes do setor privado. Depois de elaborada uma proposta preliminar, ela é submetida a consulta pública por até 30 dias, com o objetivo de obter manifestações de partes interessadas e de parceiros comerciais potencialmente afetados.

Após a consulta pública, a proposta volta para o Comitê-Executivo de Gestão da Camex, que delibera sobre ela. Depois, o texto segue para o Conselho Estratégico da Camex, que decide pela adoção ou não das contramedidas. Ele tem 60 dias, prorrogáveis por mais 60, para tomar essa decisão.

PUBLICIDADE A adoção das medidas também pode ser adiada pelo Conselho Estratégico da Camex, a depender da evolução das negociações diplomáticas. Durante esse processo, o Ministério das Relações Exteriores deve notificar o parceiro comercial afetado e iniciar as consultas diplomáticas, em coordenação com o Ministério do Desenvolvi-

mento, Indústria, Comércio e Serviços, com o objetivo de mitigar ou anular os efeitos das medidas adotadas pelo parceiro comercial e das contramedidas em vigor. A Secom informou que o Itamaraty já "está notificando o governo dos EUA sobre o início do processo".

"As consultas diplomáticas, que visam mitigar ou anular os efeitos das medidas e das contramedidas previstas na Lei da Reciprocidade Econômica, reforçam a disposição do governo brasileiro de privilegiar o diálogo e a negociação em suas relações internacionais", disse a Secom em nota.

O Ministério das Relações Exteriores também deve apresentar periodicamente ao Comitê-Executivo de Gestão da Camex um relatório sobre a evolução das negociações diplomáticas.

MC Ryan SP é condenado por violação de direitos autorais de 34 músicas

OUTRO LADO: Músico e produtora GR6 ainda não se manifestaram; cabe recurso à decisão

Compositor Luska disse que funkeiro prometeu creditá-lo e dividir lucros de faixas como 'Ilusão (Cracolândia)'

O músico MC Ryan SP, um dos artistas mais populares no streaming nacional, foi condenado pela violação de **direitos autorais** de 34 músicas por não ter creditado o compositor Lucas Vieira Jozimba, conhecido como Luska, em uma decisão que afeta também a produtora GR6. Cabe recurso à decisão.

De acordo com a sentença expedida na última segunda (10), pelo juiz Rodrigo Garcia Martinez, na 2ª Vara Cível de Santos, no litoral paulista, o cantor e a produtora têm 30 dias para colocar o nome de Lucas como compositor de funks como "Amante da Minha Conta" e "Ilusão (Cracolândia)" no streaming e no cadastro do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, o Ecad, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada inicialmente a R\$ 50 mil.

O documento define ainda pagamento de R\$ 20 mil por danos morais. Já os danos materiais ainda deverão ser calculados a partir das receitas de cada música desde o lançamento de cada uma delas - muitas delas datam de 2019. Além disso, a decisão anula qualquer contrato feito com terceiros envolvendo as faixas sem o consentimento de Luska.

Procurada na noite desta sexta por meio de sua assessoria de imprensa, a GR6 diz que só poderá comentar o caso na próxima segunda-feira (17). A re-

portagem não teve resposta de MC Ryan SP, procurado pelo contato da gravadora Bololô Records, da qual é dono, nem do seu advogado no caso, Jose Estevam Macedo Lima, até a publicação deste texto.

No processo, Luska diz que enviou 34 composições suas para MC Ryan com a promessa de que os dois dividiriam os lucros e que seu nome seria creditado. Mas, segundo ele, o artista e a gravadora teriam lançado e explorado as músicas no streaming e shows sem dar os devidos créditos a Luska nem pagar os royalties.

Entre as evidências, estão prints de conversas entre os artistas. MC Ryan e a GR6 contestaram, dizendo que as faixas estavam registradas formalmente na União Brasileira de Compositores, a UBC, no nome de Ryan e de colaboradores como MC BKA. O juiz considerou que as provas de Luska seriam suficientes para provar que ele era autor e repassou o material em caráter de parceria.

Dono de sucessos como "Amante da Minha Conta", MC Ryan foi preso preventivamente em abril, por suspeita de envolvimento em um suposto esquema sob investigação da Polícia Federal. O grupo liderado pelo artista, segundo a investigação, é apontado como responsável pela lavagem de R\$ 1,6 bilhão ligado a apostas e rifas ilegais. Ele foi solto em maio após decisão da Justiça Federal que concedeu habeas corpus e substituiu a prisão por medidas cautelares.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	1,2,3,4,5,6
Denominação de Origem	8
Direitos Autorais	11
Marco regulatório INPI	8
Propriedade Industrial	8
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,9,10